

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS,  
COMPETÊNCIA: 2024**

À

Diretoria da CBBT - Confederação Brasileira de Beach Tennis

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE AUDITADA**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Beach Tennis, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 12.766.773/0001-62, compreendendo o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024, constante do Livro nº 0014, folha 0001, e o balancete de encerramento, as quais são de responsabilidade da Administração da entidade.

Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis, com base nos trabalhos de auditoria realizados nos documentos apresentados e aos extratos recebidos.

**1) ANÁLISE TÉCNICA MINUCIOSA DO BALANCETE E VARIAÇÕES FINANCEIRAS**

1.1 Visão geral do período: “movimentação alta” ≠ “saldo alto”

O balancete mostra um volume muito elevado de movimentação ao longo do exercício:

- ATIVO (movimento do ano): Débitos R\$ 2.508.343,22 | Créditos R\$ 2.499.152,93
- Variação líquida do Ativo no ano: aumento de R\$ 9.190,29 (diferença entre débitos e créditos)
- Saldo do Ativo: de R\$ 12.718,37 (início) para R\$ 21.908,66 (fim)

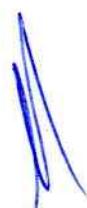
Isso é típico de entidades com operações de repasse/pagamentos: As arrecadações por natureza, devem obedecer o seu fim, e serem utilizados no que se propõe na existência da entidade, nesse caso, uma confederação esportiva para a promoção e ampliação do esporte que defende.

Desta maneira, é comum que o dinheiro que é auferido, seja aplicado na sua atividade fim, permanecendo um saldo final que pode, se bem estruturado e gerido, continuar baixo se a entidade consome praticamente tudo no custeio.

**1.2 Ativo: composição e variações relevantes**

**a) Ativo Total**

- Saldo anterior (31/12/2023): R\$ 12.718,37
- Saldo atual (31/12/2024): R\$ 21.908,66
- Variação: + R\$ 9.190,29



Essa variação, na prática, é explicada quase integralmente pelo aumento de disponibilidades (caixa/bancos).

**b) Ativo Circulante (Liquidez imediata)**

- Ativo Circulante: de R\$ 2,07 para R\$ 9.192,36 (+ R\$ 9.190,29)
- O circulante é 100% “Disponível” (bancos). Não há estoques nem outros ativos circulantes finais.

**Leitura técnica:** houve melhora de caixa no encerramento de 2024 (saldo bancário maior que 2023), porém ainda é um caixa pequeno para uma operação que movimentou milhões.

**c) Disponibilidades (bancos)**

- Bancos encerram R\$ 9.192,36, distribuídos (saldo final):
  - Banco do Brasil: R\$ 9.174,03
  - Banestes: R\$ 2,49
  - Sicoob (contas diversas): R\$ 15,10 / R\$ 0,10 / R\$ 0,32 / R\$ 0,32

O balancete indica que houve movimentação relevante entre bancos durante o ano, mas o saldo final permaneceu baixo em termos estruturais, para a dimensão do movimento.

**d) Clientes / Duplicatas a Receber**

- Conta “Clientes / Duplicatas a Receber” teve débito e crédito iguais (R\$ 1.203.935,73), encerrando saldo zero.

**Leitura técnica:** isso sugere que a entidade reconheceu a receita a receber e realizou a baixa/recebimento no próprio período (sem deixar valores pendentes ao final). É compatível com operações de recebimento e repasse durante o ano, e com receitas auferidas para propósito específico como no caso de instituições esportivas, a manutenção de atividades fim.

**e) Ativo Não Circulante – Imobilizado**

- Mantido em R\$ 12.716,30 (sem variação)
  - Móveis e utensílios: R\$ 11.250,00
  - Máquinas e equipamentos: R\$ 1.466,30

**Leitura técnica:** não houve investimento novo no imobilizado. A entidade operou com estrutura já existente.

**1.3 PASSIVO: RECLASSIFICAÇÕES E COMPORTAMENTO DAS DÍVIDAS****a) Passivo Total**

- Saldo anterior: R\$ 12.718,37 (C)
- Saldo final: R\$ 21.908,66 (C)
- Houve variação do Passivo e do Ativo mantendo um equilíbrio contábil pertinente.



**b) Passivo Circulante (curto prazo)**

- Saldo anterior (31/12/2023): R\$ 13.001,11 (C)
- Saldo final (31/12/2024): R\$ 0,00

Isso ocorre porque, durante 2024, foram baixadas/liquidadas as rubricas do passivo circulante que existiam no fim de 2023, principalmente:

- Cheque especial: saldo anterior R\$ 12.557,67 (C) → saldo final R\$ 0,00
- Obrigações tributárias: saldo anterior R\$ 443,44 (C) → saldo final R\$ 0,00

**Leitura técnica:** houve descompressão do curto prazo (redução do risco imediato), com encerramento sem dívidas circulantes. Usualmente é redução de despesas de longo e médio prazo, para impedir que despesas de um ano passe para outra, criando um déficit.

**c) Passivo Não Circulante (longo prazo)**

- Saldo anterior: R\$ 351.829,47 (D)
- Saldo final: R\$ 353.206,56 (D)
- Variação: + R\$ 1.377,09

No balancete, o conteúdo descrito é “Empréstimos e financiamentos – Empréstimos”, significa que mesmo com as receitas existentes, ainda é financiamento/apoio de longo prazo (na prática, “empréstimos de associados” / terceiros) que permanece sustentando a entidade.

**Leitura técnica:** mesmo com a quitação do cheque especial e tributos do curto prazo, a instituição manteve (e levemente ampliou) a dependência de dívida/apoio de longo prazo para sustentação operacional e fluxo de caixa.

**1.4 Patrimônio Líquido e resultado do período**

O balancete evidencia:

- Patrimônio Líquido: de R\$ 351.546,73 para R\$ 375.115,22
- Variação do PL: + R\$ 23.568,49
- Conta “Superávit do período (518)”: R\$ 23.568,49

**Leitura técnica:** contabilmente, o exercício encerra com superávit, reforçando o Patrimônio Líquido.

Observação técnica importante (coerência entre “receitas x despesas”)

Ao mesmo tempo, o balancete mostra:

- Receitas (contas de resultado – receitas): R\$ 847.521,29 (inclui receita operacional R\$ 847.518,80 + receitas financeiras R\$ 2,49)
- Despesas (custos e despesas): R\$ 1.652.907,58

Isso indicaria, numa leitura direta, despesa maior que receita.

Esse tipo de divergência aparente pode ocorrer quando:

1. Ocorreu muito ingresso de receita, simultaneamente com contrapartida/compensação sendo necessário rever a classificações das contas contábeis;
2. Parte do “recebimento alto” não é receita direta, mas adiantamentos, repasses, recursos de terceiros, empréstimos/adiantamentos de associados, aumentando movimentação bancária, mas sem transitar como “receita”; e ainda,
3. Diversas despesas registradas nas contas operacionais estão relacionadas a repasse/execução de eventos, em que a entidade administra valores de terceiros e contrata serviços para execução, novamente gerando grande volume financeiro.

Ou seja: o “valor recebido alto” pode ter sido alto em banco/movimento, mas não necessariamente alto como receita contábil, e as despesas operacionais podem ter superado a capacidade de receitas próprias, pressionando o caixa e exigindo financiamento de associados.

Essa maneira de lançamento não mostrou desvios de finalidade, ou má gestão financeira; mas aconselhamos que fosse realizada com mais apuro no futuro, pois apesar de estarem qualificadas nos extratos, seria mais eficiente e eficaz, manter um controle financeiro mais eficiente.

## 1.5 ESTRUTURA DAS DESPESAS

Dentro dos R\$ 1.652.907,58 de despesas, destacam-se:

a) Despesas gerais ligadas à operação (peso principal)

- Despesas gerais: R\$ 1.612.256,02
  - Serviços prestados por terceiros: R\$ 1.254.573,94
  - Material de uso e consumo: R\$ 357.682,08

**Leitura técnica:** este perfil é típico de entidade que executa eventos/atividades com forte terceirização: arbitragem, logística, locações, produção, mídia, serviços operacionais etc. São custos que sobem rápido e, se não forem integralmente cobertos por receitas específicas do evento, geram desequilíbrio, e o alto investimento realizado em campeonatos pode ser verificado pelos extratos bancários.

b) Despesas administrativas

- Total administrativas: R\$ 39.744,57
  - Pessoal/obrigações diversas: R\$ 16.425,03
  - Assistência contábil: R\$ 5.479,40
  - Legais e judiciais: R\$ 2.948,08
  - Outras gerais administrativas: R\$ 8.427,48

**Leitura técnica:** a administração está relativamente “enxuta” perto do tamanho do operacional. O problema do equilíbrio não parece ser “overhead administrativo”, mas sim custo de operação e financeiro.

c) Despesas financeiras (efeito do financiamento)

- Despesas financeiras: R\$ 14.892,06
  - Juros de mora: R\$ 12.567,70
  - Tarifa bancária: R\$ 2.144,44
  - IOF: R\$ 179,92

**Leitura técnica:** custo financeiro é consequência direta da necessidade de capital de giro (inclusive por endividamento/apoio), reforçando o argumento de que a entidade não é autossustentável por receitas próprias.

### **1.6 Conclusão técnica sobre a variação financeira e necessidade de empréstimos de associados**

Com base nos dados:

1. Houve alta movimentação bancária (entradas e saídas elevadas), mas o saldo final ainda é baixo, embora tenha melhorado (R\$ 2,07 → R\$ 9.192,36).
2. As despesas operacionais (terceiros + consumo) foram muito elevadas, acima do que as receitas próprias (registradas) sustentam, caracterizando desequilíbrio estrutural.
3. A entidade liquidou o passivo circulante (especialmente cheque especial), reduzindo risco de curto prazo.
4. Entretanto, foi necessário manter/rolar empréstimos de longo prazo (associados/terceiros) — evidenciado pelo saldo de empréstimos no passivo não circulante (R\$ 351.829,47 → R\$ 353.206,56) — como forma de assegurar continuidade operacional em um contexto de insuficiência de renda recorrente.

#### **Mensagem para a Diretoria:**

Mesmo com valores “recebidos/movimentados” elevados ao longo do ano, o nível de despesas executadas (principalmente operacionais e financeiras) consumiu a capacidade de geração de caixa, impedindo um equilíbrio financeiro orgânico.

Assim, a manutenção de empréstimos de associados constitui medida de sustentação para evitar descontinuidade institucional.

### **2) PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE**

#### **1. Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Beach Tennis (“Entidade”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado e demais demonstrativos aplicáveis ao período findo nessa data, elaboradas sob responsabilidade da Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31/12/2024, bem como o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

## 2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria aplicáveis (NBC TAs). Essas normas requerem o cumprimento de princípios éticos e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A auditoria inclui a execução de procedimentos para obtenção de evidência sobre os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante. A auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## 3. ÊNFASE – LIQUIDEZ, DESEQUILÍBRIOS OPERACIONAL E DEPENDÊNCIA DE RECURSOS DE TERCEIROS

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes aspectos evidenciados nos registros e demonstrações contábeis do exercício:

- O Ativo Circulante em 31/12/2024 totaliza R\$ 9.192,36, composto integralmente por disponibilidades em bancos;
- O Ativo Não Circulante (Imobilizado) permanece em R\$ 12.716,30, indicando estrutura patrimonial operacional básica;
- O exercício apresentou elevada movimentação financeira, porém com custos e despesas operacionais relevantes, em especial com serviços de terceiros (R\$ 1.254.573,94) e material de uso e consumo (R\$ 357.682,08), além de despesas financeiras (R\$ 14.892,06);
- A Entidade mantém Empréstimos de longo prazo registrados no passivo não circulante, que passaram de R\$ 351.829,47 para R\$ 353.206,56 no exercício, indicando a necessidade de continuidade de suporte financeiro de terceiros/associados.
- Comprovadamente, após uma análise minuciosa dos últimos 04 anos, foi possível verificar que houve um aumento substancial da receita da instituição, comprovados pelos extratos bancários e do sistema de gestão financeira ERP (Let's Play), no entanto os investimentos e gastos se mantêm altos.
- Esse aumento de receita pudemos confirmar, são decorrentes de novas fontes de receita, sendo a maioria pelo aumento do número de entidades contribuintes, e com mais receitas

provenientes de atletas cadastrados em campeonatos geridos pelas federações que contribuem com um percentual desses a CBBT.

- Foi constatado que a aplicação dos recursos, tem gerado maiores receitas, mas ainda causando um descompasso financeiro.

Tais condições indicam que, embora haja movimentação significativa de valores, a Entidade apresenta dependência estrutural de capital de terceiros e enfrenta pressão de caixa decorrente da relação entre receitas próprias e despesas necessárias à execução do objeto social, cenário típico de entidades do terceiro setor.

#### **4. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

#### **5. Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante e emitir relatório contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não garante que uma auditoria conduzida de acordo com as normas sempre detectará eventual distorção relevante.

#### **6. Conclusão adicional sobre empréstimos de associados**

Com base nos elementos contábeis apresentados, os empréstimos mantidos junto a associados/terceiros configuraram medida de suporte financeiro para assegurar a continuidade das operações e evitar descontinuidade institucional, considerando a insuficiência de renda própria recorrente para absorver integralmente o volume de despesas operacionais e financeiras necessárias à consecução do objeto social.

Foi apresentado como documentos acessórios, os extratos bancários do diretor, atual presidente Sr. JORGE BIERRENBACH SENRA JUNIOR, onde foi possível confirmar os envios financeiros desta para a Instituição, sem que houvesse pagamento devolutivo. Também foi verificado os recebimentos para as federações as remessas dos valores a elas, e o uso da parte que cabe a CBBT, pelo sistema ERP Let's Play, onde está individualizado por federação os recebimentos, remessas e pagamentos.

O Volume de dados apurado, conferido, cruzado e auditado, foi gigantesco, e recomendamos mais apuro nos controles financeiros; onde precisamos nos utilizar dos extratos e controles de fluxo de caixa e de gastos por atividades efetuadas para confirmar os gastos, que no fim se mostraram corretos.

Não foram encontrados desvios de função financeira ou má gestão dos recursos, e o balanços e balancete de 2024, **apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade**, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades do terceiro setor.

Adicionalmente, entendemos que os empréstimos contraídos pela Diretoria foram necessários, tecnicamente justificáveis e compatíveis com a realidade financeira da instituição, não caracterizando irregularidade, mas sim medida indispensável à manutenção de suas atividades institucionais, sendo que desta vez não foi necessário ampliar os empréstimos.

Rio de Janeiro, 20/12/2025



Auditor Independente